

# GREVE

# DOCENTE

# FEDERAL

*Orçamento • Revogação • Carreira • Reajuste  
Aposentadoria • Assistência Estudantil*



Adufes Ufes **adufes.org.br**

# É HORA DE LUTAR!

A Greve Docente Federal na Ufes começou no dia 15 de abril e precisamos que você venha conosco defender a nossa Universidade! A pressão do movimento fez com que o Governo Federal apresentasse, em menos de uma semana, uma nova proposta durante a Mesa de Carreira de 19 de abril. Contudo, é preciso avançar mais!

De acordo com um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), **100% das universidades federais receberam, entre 2010 e 2022, valores inferiores ao necessário para manter o patamar de despesas por matrículas.**

**Na Ufes**, considerando a inflação do período (IPCA médio) entre 2018 e 2022, **houve uma perda orçamentária da ordem de 27%**. A Reitoria informou, em reunião com a Adufes e outras entidades no dia 15 de abril, que **o orçamento para 2024 teve redução de R\$ 14 milhões**. Ao mesmo tempo, o MEC teve um aumento no seu orçamento de 14,14%. Desde que começaram as negociações, não houve sinalização do Governo Federal sobre a recomposição dos orçamentos das Universidades reivindicada pelas/os grevistas.

## ***Demanda de cerca de 200 professores na Ufes***

A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) da Ufes já havia informado em reunião com a Adufes no dia 5 de abril que **desde 2017 tem sido solicitado ao MEC 200 vagas para docentes**. Entretanto, a Instituição recebeu, em 2023, apenas 14 vagas. Na mesma reunião, foi informado que houve **redução de 3,5% no quadro de técnicas/os administrativos enquanto a demanda aumentou**.

Essas restrições pressionam os serviços prestados, precarizam o trabalho (sobrecarregando professoras/es), e prejudicam estudantes tanto em suas atividades, quanto na sua permanência. **Auxílios e bolsas são cada vez mais insuficientes, o Restaurante Universitário tem uma das tarifas mais caras do Brasil e não serve café da manhã, e não há recursos para a moradia estudantil.**

## ***Recomposição***

Na última reunião de negociação (19 de abril), **o Governo Federal continuou insistindo em 0% de recomposição salarial em 2024**. Como contrapartida, prometeu 9% apenas em 2025 e 3,5% para 2026. A reivindicação da categoria é de 7,06% em 2024, 2025 e 2026. Vale ressaltar que **a categoria NÃO reivindica aumento real nos salários, mas apenas a recuperação das perdas inflacionárias.**

A proposta de valores de reajuste dos auxílios foi mantida. Entretanto, esses aumentos deixam de fora aposentadas/os e não atendem à reivindicação de equiparação às categorias do serviço público dos poderes Legislativo e Judiciário.

### ***Progressões***

Para progressões, a proposta é bastante tímida e altera os percentuais de “step” – diferença salarial recebida entre os níveis 2 a 4 das Classes C (Adjunto) e D (Associado) – dos atuais 4%, para 4,5%. Na proposta defendida pelo Andes-SN e Sinasefe, haveria a exclusão das classes (carreira em 13 níveis) e a diferença percentual entre cada nível e o imediatamente anterior seria de 5%. Mais uma vez aposentadas/os e pensionistas ficam de fora.

Quanto à revogação da Instrução Normativa 66/22, o governo propôs a garantia do prazo de até 6 meses para pedidos de progressão/promoção sem perder a retroatividade, respeitando os critérios estabelecidos em cada instituição. No entanto, não garantiu o reconhecimento do pagamento retroativo à criação da IN 66/22.

No que diz respeito à retirada do ponto eletrônico, pauta de grande importância para o magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), o governo aceita a retirada. Porém, sem revogação da Portaria 983/2020. Também não se compromete a derrubar qualquer outra prática de controle de ponto docente em instituições de educação básica federal.

### ***Confira as pautas nacionais:***

- Restauração do orçamento das Instituições Federais de Ensino;
- Ampliação dos programas de assistência estudantil;
- Revogação do novo ensino médio;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Fim de assédios moral e sexual nas IFES;
- Recomposição da força de trabalho por meio de concurso público;
- Autonomia e democracia universitária;
- Criação de condições efetivas que garantam a unificação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Revogação da Portaria MEC 983/2020;
- Arquivamento da PEC 32/2020 e de qualquer outra contrarreforma administrativa que siga suas diretrizes;
- Reestruturação das carreiras docente e de técnicas/os administrativos;
- Recomposição salarial e pela data base;
- Fim da contribuição previdenciária de aposentados/as e pensionistas.

## **Confira as pautas locais:**

- Condições dos ambulatórios do Hospital Universitário;
- Cotas na Iniciação Científica;
- Situação do RU (fim do gradeamento, qualidade da alimentação e café da manhã);
- Moradia Estudantil;
- Implementação, de fato, das cotas raciais para concurso docente com reparação;
- Garantir a acessibilidade e condições de mobilidade nos prédios da Ufes;
- Visibilidade das/dos aposentadas/os;
- Atendimento às demandas da carreira EBTT;
- Incluir na resolução 60/92 o fator multiplicador 2,5 nas atividades de ensino e outras alterações;
- Qualificar os processos de progressão docente;
- Condições de trabalho das/os docentes na Ufes;
- Garantir o ensino presencial, com arquivamento das propostas do Reuni Digital e Portaria 2.117/2019.

## **Greve da Educação Federal cresce rapidamente**

Até 22 de abril, data do último levantamento até a produção deste material, **38 universidades e outras instituições federais filiadas ao Andes-SN haviam aderido à greve**, incluindo as que deflagraram e as que definiram data para deflagrar. Na mesma data, **70 seções do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe)**, que representa docentes e técnicas/os dos institutos federais em todo o Brasil, **havia deflagrado greve**.

Os números mostram crescimento acentuado da Greve da Educação Federal, uma vez que em uma semana **os números do Andes-SN pularam de 21 seções em greve** (ou com data definida para deflagração) **para 38 instituições**. **No Sinasefe, esse número passou de cerca de 300 unidades paralisadas para 518**.

